



Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)



Discurso de boas-vindas

Neil Cole, Secretário Executivo,
CABRI



Estrutura da apresentação

- Lançamento do programa IBFCCA
- Estrutura do evento virtual – 2 dias
- Destaques do documento de base

Programa IBFCCA

- Parceria entre CABRI, IIED, IBP e PNUD.
- Primeiro ano financiado pela SIDA
- Visa reforçar os elos entre as políticas relativas às alterações climáticas, o género e o processo orçamental.
- Apoia a mobilização de um processo orçamental nacional e local mais vasto, englobando o governo, os órgãos legislativos, os parceiros de desenvolvimento e a sociedade civil
- Promove a resiliência às alterações climáticas em África e apoia os governos africanos a tirarem partido das oportunidades de uma transição justa para um futuro líquido de zero carbono.

IBFCCA, cont.

- Combinações sequenciais de trabalho técnico, capacitação, engajamento político, procura de consensos, empenhamento, pilotagem e implementação de reformas.
- Três componentes,
 - ✓ **Componente A:** A CABRI estimula a aprendizagem e o intercâmbio entre pares (abordagem do diálogo político) e a gestão de conhecimentos.
 - ✓ **Componente B:** O PNUD presta assistência técnica aos países no domínio das reformas para a integração das alterações climáticas.
 - Gana, segunda CPEIR; Uganda, marcação do orçamento para o clima
 - ✓ **Componente C:** o IBP and a IIED reforçam as práticas dos actores nos domínios de supervisão, transparência e responsabilização. Avaliações da responsabilização no Gana e no Uganda

Estrutura do evento virtual

- Dois dias, 3 horas por dia
- Os ministérios das finanças, do orçamento, do plano e do ambiente partilharão experiências e planos futuros de integração das alterações climáticas nos orçamentos e finanças.
- Apresentações e discussões moderadas.
- Produtos de conhecimentos:
 - ✓ Documento de base: Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças
 - ✓ Estudo relativo à Covid-19 : Potenciais implicações da pandemia de Covid-19 para a despesa no domínio das alterações climáticas
- Todos estes estarão disponíveis no site www.cabri-sbo.org

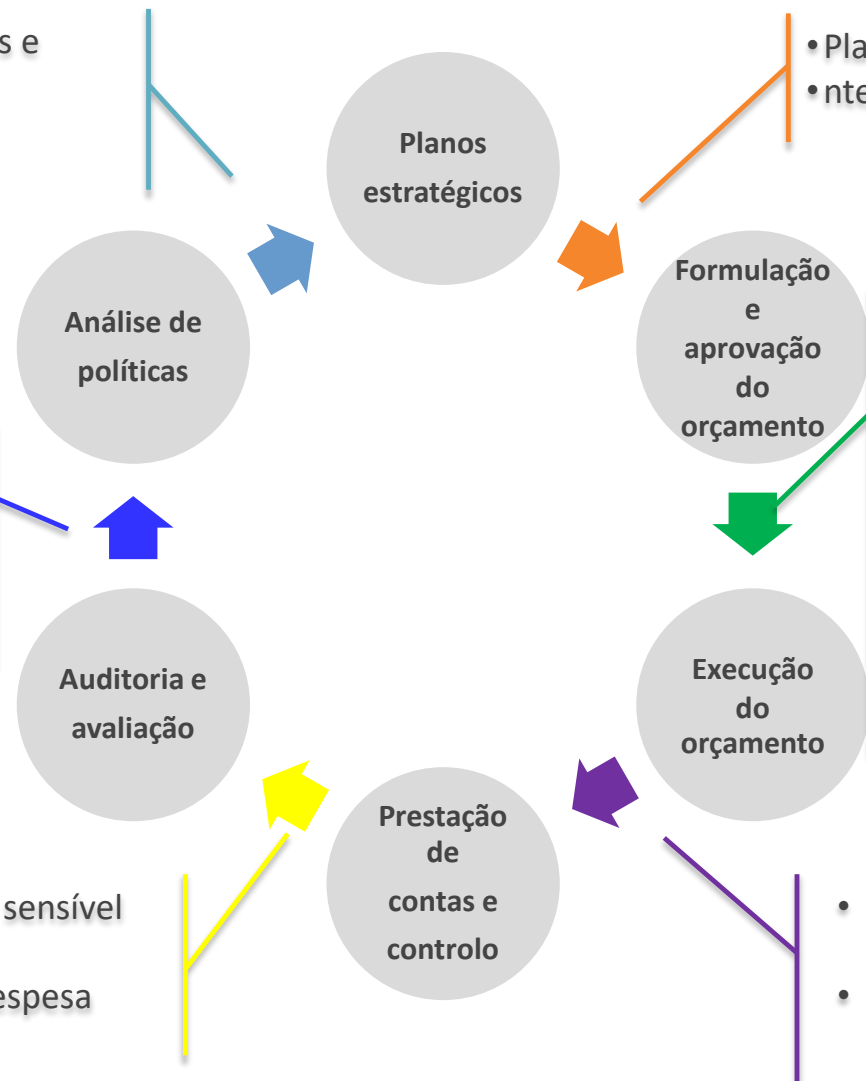
Destques do documento de base

- As alterações climáticas estão a ter um impacto no crescimento e nas finanças públicas das economias africanas
 - De acordo com as projecções, as AC deverão levar uma **perda média anual de 3,2% do PIB** no continente até 2050.ⁱ
- Para responder às AC através do orçamento impõe-se a necessidade de **adoptar instrumentos e abordagens de integração**.
 - É necessário olhar para além dos programas explícitos de AC/sector do ambiente, uma vez que quase toda a despesa pública contribui potencialmente para os GEE ou é vulnerável aos impactos das AC.
- Mas os processos orçamentais **nem sempre dão primazia às AC**.
 - As razões incluem a falta de espaço fiscal, ambiguidades nas definições, incertezas nas projecções nacionais, etc.

Mesmo assim, os MdF têm vindo a apresentar várias abordagens inovadoras para integrar as AC nos seus ciclos orçamentais

Pontos de entrada para a integração das alterações climáticas no ciclo orçamental

- Análise das políticas e estratégias de AC
- CPEIR
- PEFA Clima



- Planos e estratégias orçados de AC
- ntegração das AC nos planos

Análise de políticas

Planos estratégicos

Formulação e aprovação do orçamento

Execução do orçamento

Prestação de contas e controlo

Auditoria e avaliação

- Previsões informadas pelo clima
- Gestão dos riscos orçamentais relacionados com o clima
- Articulação entre os orçamentos e as estratégias de AC
- Circulares e auscultações orçamentais
- Dialogo com comissões parlamentares

- Participação das OSC no domínio das AC
- Fiscalização pelo órgão legislativo dos orçamentos e despesas em AC
- Auditorias verdes

- Gestão do desempenho sensível ao clima e OPP
- Acompanhamento da despesa associada ao clima

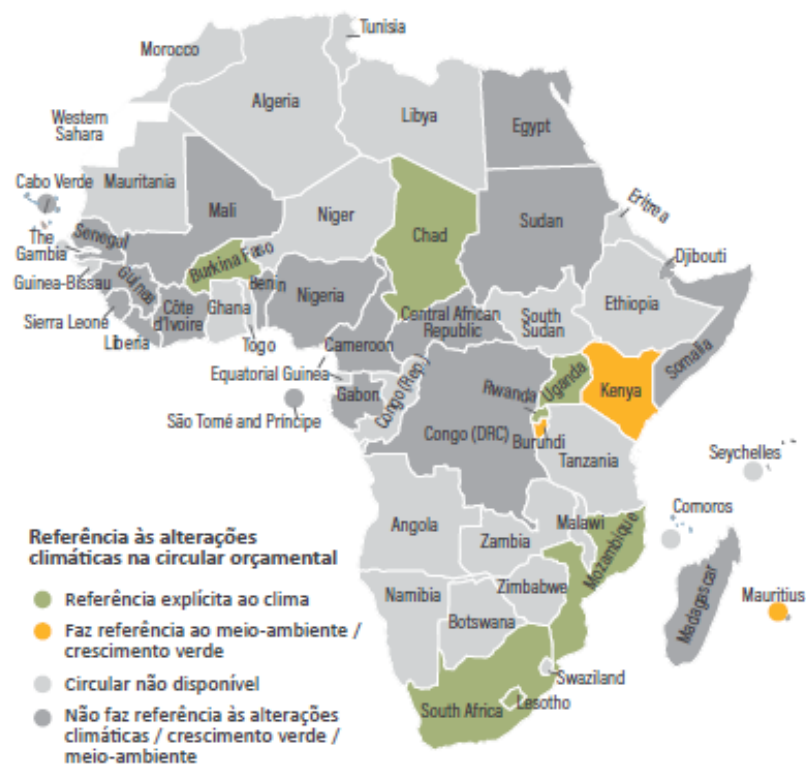
- Contratação pública sensível ao clima
- Responder aos desafios de execução

Retrato do progresso em África

Dos 29 países em relação aos quais existe uma circular orçamental recente no Portal do Inquiridor do Orçamento da CABRI:

- **7** fazem referência explícita às alterações climáticas, e outros
- **3** fazem referência ao ambiente ou ao crescimento verde
- **16** mencionam o género /inclusão, a título de comparação.

D. Referência ao clima nas circulares sobre o orçamento



Fonte: Circulares mais recentes disponíveis no "Inquiridor do orçamento" da CABRI.

Retrato do progresso em África

Menos progresso até à data do lado das receitas:

- A África do Sul é o único país que aplica um **imposto sobre o carbono**, embora a Côte d'Ivoire e o Senegal estejam a ponderar o imposto sobre o carbono no âmbito das suas NDC.
- A Nigéria e as Seychelles emitiram obrigações verdes e azuis, enquanto Marrocos e Quênia estão a trabalhar nesse sentido.

F. Imposto sobre o carbono e obrigações verdes



Fonte: Painel de Precificação do Carbono do Banco Mundial, e a Base de dados sobre a política de obrigações verdes da Climate Bonds Initiative.

Conclusão

- A integração das AC nos orçamentos e finanças deve ser abordada de forma **iterativa e gradual**.
- As reformas que um Governo opta por prosseguir dependerá de:
 - as **vulnerabilidades climáticas** específicas do país – *Mitigação? Adaptação? Ambas?*
 - os **objectivos** do governo – *Sensibilização? Melhorar a eficácia? Atrair financiamento externo?*
 - níveis de **capacidade** e **sistemas de GFP pré-existent**s – aperfeiçoar o que já existe.
- Ao reunir os ministérios das finanças em torno deste tema, a intenção não é promover a uniformidade entre os países, mas sim **consolidar e partilhar conhecimentos** que possam ser úteis para os ministérios das finanças que desejem levar avante esta agenda.

Obrigado



Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)





MINISTÈRE DE L'ÉCONOMIE
ET DES FINANCES
REPUBLICQUE DU BENIN

Cotonou, 15 de Fevereiro de 2021

TEMA :

INTEGRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NA PREPARAÇÃO E ADOÇÃO DO ORÇAMENTO

Apresentado por

1 INTRODUÇÃO

2 QUADRO DE REFERENCIA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO PROCESSO ORÇAMENTAL

3 EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

4 ABORDAGEM PARA A INTEGRAÇÃO DO CLIMA NO PROCESSO ORÇAMENTAL

5 CONCLUSÃO

INTRODUÇÃO

- Necessidade de financiar as políticas públicas para combater as alterações climáticas;
- Revisão do processo orçamental e implementação de ferramentas para integrar os aspectos relacionados com as alterações climáticas;
- Implementação por várias entidades, a saber o Comité Nacional para as Alterações Climáticas (CNCC) e a Comissão de Modelação Económica dos Impactos e da Integração das Alterações Climáticas no Orçamento Geral do Estado (CMEICB).

ABORDAGEM DE PLANEAMENTO PARA A ACONSIDERACAO DA QUESTAO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Escolher uma abordagem de planeamento em três etapas :

- ❖ Perspectiva do futuro;
- ❖ Planeamento estratégico;
- ❖ Elaboração de planos de investimento plurianuais

QUADRO DE REFERÊNCIA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NO PROCESSO ORÇAMENTAL

➤ **COMPROMISSOS INTERNACIONAIS**

- Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas
- ❖ Acordo de Paris
- ❖ Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

➤ **INSTRUMENTOS NACIONAIS**

- Lei n.º 2018 - 18 de 06 de Agosto de 2018 relativa às alterações climáticas no Benim.
- ❖ Comunicações nacionais
- ❖ Contribuições Nacionalmente Determinadas
- ❖ Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) 2018-2025
- ❖ Plano de Crescimento e Desenvolvimento Sustentável (PC2D)
- ❖ Programa de Acção do Governo (PAG) 2016-2021
- ❖ Quadros estratégicos sectoriais integrando a dimensão clima

EIXOS ESTRATÉGICOS DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Objectivo específico 1: Reforçar as capacidades institucionais, individuais e materiais para responder cabalmente às alterações climáticas.

- **Eixo estratégico 1** : Integração das alterações climáticas nos planos.
- **Eixo estratégico 2** : Reforço da capacidade e dinamização da governação climática.

Objectivo específico 2: Assegurar o desenvolvimento de baixo carbono e resiliente ao clima em todos os sectores da economia.

- **Eixo estratégico 3** : Mitigação das alterações climáticas.
- **Eixo estratégico 4** : Adaptação às alterações climáticas.

Objectivo específico 3: Desenvolvimento de sistemas de investigação, inovação tecnológica e sistemas de informação climática.

- **Eixo estratégico 5** : Investigação e desenvolvimento, e transferência de tecnologia.
- **Eixo estratégico 6** : Educação formal, não formal e informal para sensibilizar para as alterações climáticas e para a promoção do comportamento de cidadania ecológica.

Objectivo específico 4: Mobilizar recursos e parcerias estratégicas para gerir as alterações climáticas.

- **Eixo estratégico 7** : Aumento dos recursos financeiros nacionais.
- **Eixo estratégico 8** : Optimizar o acesso aos recursos financeiros internacionais relacionados com o clima através da cooperação.

PROCEDIMENTO PARA A INTEGRAÇÃO DO CLIMA NO PROCESSO ORÇAMENTAL

Inclusão no orçamento dos eixos da política climática alinhados com as principais fases do ciclo orçamental

- **Formulação:** (i) Enquadramento macroeconómico (ii) Desenvolvimento do DPBEP face às orientações orçamentais e evolução das previsões de despesas e receitas (iii) atualização das estratégias e revisão das despesas sectoriais (*O carácter transversal das alterações climáticas é abordado e tido em conta nas estratégias e projeções financeiras, e na avaliação do impacto ambiental como critério para a elegibilidade das actividades de investimento, etc.*)
- **Programação :** (i) Implementação do CDMT tendencial com base nos parâmetros de referência identificados na fase de formulação (ii) Desenvolvimento de DPPD em relação ao DPBEP; (iii) Revisão dos quadros de desempenho dos programas orçamentais contidos nos DPPD, com destaque para a dimensão clima.

ABORDAGEM PARA A INTEGRAÇÃO DO CLIMA NO PROCESSO ORÇAMENTAL

Orçamentação :

(i) Desagregação do quadro dos programas em actividades e tarefas que contribuam para os objectivos relacionados com o clima; (ii) Criação de matriz sectorial das acções em matéria de alterações climáticas com o apoio da DGB (iii) Convocação de sessões de arbitragem para a atribuição de recursos às actividades orçamentais e especificamente às actividades de resposta às alterações climáticas; (iv) Introdução de incentivos em prol do clima (isenções fiscais para camiões e autocarros novos, princípio do poluidor-pagador, etc.).

CONCLUSÃO

- **Oportunidade:** Acelerar a integração das questões climáticas no orçamento através da implementação dos ODS
- **Desafios:** Desenvolver um guia prático para integrar as alterações climáticas no orçamento e reforçar os actores na cadeia do PPBES



MINISTRE DE L'ECONOMIE
ET DES FINANCES
REPUBLICQUE DU BENIN

OBRIGADO





Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)



Inclusive Budgeting and Financing for Climate Change in Africa (IBFCCA)

Integração das Mudanças Climáticas nos Planos e
Orçamento

**Financiamento a Mudanças Climáticas: Experiências e
Principais Desafios
em Moçambique
CRISTINA MATUSSE**

Evento Virtual de Aprendizagem e Intercâmbio

23 a 24 de fevereiro de 2021

Conteúdo

- I. Antecedentes
- II. Experiências do Desenho de Políticas, Estratégias e Quadro Jurídico
- III. Preparação para Financiamento do Clima
- IV. Projectos Estruturantes em Curso
- V. Perspectivas para o Futuro

Antecedentes

- Moçambique é 8º país mais vulnerável as Mudanças Climáticas, com 3 principais tipos de desastres: cheias, secas e ciclones
- Nos últimos anos a frequência e magnitude têm-se agravado bastante, tornando o país ainda mais vulnerável;
- Estudos mostram que até 2040 o país vai perder cerca de 1-2% da terra costeira;
- Estudos feitos pelo Governo em 2015 mostraram que em média, o país perde cerca de USD 400 milhões para fazer face às reconstrução pós-calamidades;
- E é nesta perspectiva que o país foi implementando varias iniciativas a nível legal, de políticas e estratégias e institucional, incluindo:
 - Integração dos assuntos de mudanças climáticas nos sistemas nacionais de planificação;
 - Criação de organismos e instituições para fazer face as agendas globais sobre o clima e para aceder aos mecanismos de financiamento a adaptação.
 - Introdução de instrumentos legais específicos a questões ambientais e de mudanças climáticas.

Experiências do Desenho de Políticas e Estratégias

- O Governo de Moçambique prioriza a criação de resiliência climática e capacidade de adaptação, incluindo a redução de risco nas pessoas, ecossistemas e no capital edificado assim como desenvolvimento de baixas emissões de carbono, no combate aos efeitos das mudanças climáticas
- O principal instrumento que orienta a planificação em Moçambique é o Programa Quinquenal do Governo (PQG), que é operacionalizado anualmente pelo Plano Económico e Social.
- Em cada prioridade e pilar do Suporte do PQG estão integradas as acções e indicadores das Mudanças Climáticas;
- A coordenação para Mudanças Climáticas é intersectorial;

Experiências do Desenho de Políticas, Estratégias e Quadro Jurídico

Há lições aprendidas na gestão de políticas e desenvolvimento de instrumentos de Planificação:

- **Maior envolvimento dos líderes Comunitários no processo de planificação nacional** - Criação de Conselhos Locais, Organizações de Gestão de Recursos Naturais de Base Comunitária, Comités de Gestão de Risco de Desastres de Base Comunitária;
- **Melhoria nos mecanismos de partilha de receitas para as comunidades** - 20% para explorações florestais e 2.75% para Minerais, Petróleo e Gás;

Preparação para Financiamento do Clima

- Existem diferentes vias de canalização de fundos externos para Moçambique:
 - Orçamento do Estado (OE) através do MEF;
 - Por meio de instituições "corretoras", como PNUD ou o Banco Mundial;
 - Financiamento directo para a agência de implementação (Ministérios ou uma ONG)
- As entidades que recebem e administram fundos externos estão dispersas com implicações negativas no seu relacionamentos:
 - O Decreto no. 26/2011, de 15 de Junho, e através da ENAMMC, designou o FUNAB, que fiscaliza o financiamento das intervenções ambientais, como sua entidade nacional de mobilização e coordenação dos fundos climáticos.
 - O FNDS (antes FUNAB) está actualmente em processo de credenciamento para acessar fundos globais para o clima.

Projectos Estruturantes em Curso

- Projectos de PPCR (PERC) financiados pelo WBG & AfDB (Concluído em 2019)
- SUNRED FINANCIADOS PELO UNDP
- GCF-Fundo Climático Verde
- Urban climate Resilience
- Programa de Desenvolvimento florestal financiados pelo WBG, Sweeden etc.)
- O projecto “SUSTENTA”
- Programa “ Crescendo Azul”
- Entre tantos vários

Perspectivas para o Futuro

- Implementação das reformas no processo de Planificação e Orçamentação para uma melhor abordagem das Mudanças Climáticas e ODS sendo o SPO o instrumento de operacionalização;
- Neste momento o país encontra-se numa situação de instabilidade macroeconómica, onde os parceiros de apoio ao Orçamento do Estado não apresentaram compromisso para 2021;
- Estamos em um estágio avançado de integração dos indicadores de Mudanças Climáticas e ODS;

Desafios

- Reforçar os mecanismos de coordenação:
 - Análise das finanças públicas
 - Financiamento ao clima e ao investimento público para a promoção da sustentabilidade e gestão dos Recursos Naturais;
- Melhorar as estatísticas Nacionais do Ambiente, Mudanças Climáticas e Gestão dos Recursos Naturais.
- Criar sinergias entre parceiros e o Governo para melhor alcance das metas dos programas nacionais de resposta a Mudanças Climáticas.
- Introdução de classificadores ambientais, de mudanças climáticas e de gestão de riscos climáticos no sistema orçamentário e fiscal, para alocação de recursos orçamentais do Estado.

OBRIGADO
THANK YOU
MERCİ BEAUCOUP



Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)





O GCF e a orçamentação no Gâmbia

Abdou Salam Jatta

Direcção do Orçamento
Gâmbia

23/02/2021



Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)





PEFA

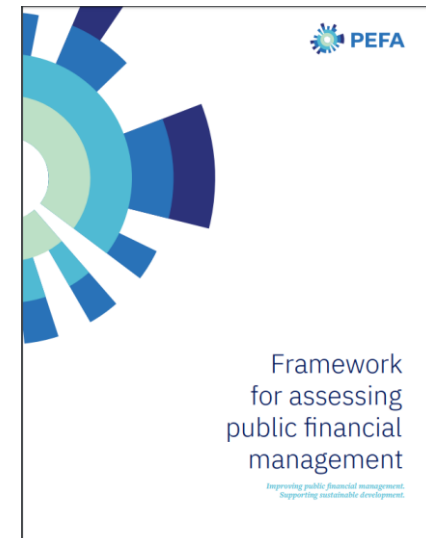
Introdução ao PEFA Clima

Fevereiro de 2021

Secretariado do PEFA

www.pefa.org
#PEFA

1 | O QUE É O PEFA?



O programa PEFA

- PEFA: **P**ublic **E**xpenditure and **F**inancial **A**ccountability
- Programa de parceria
 - Desde 2001
 - Nove parceiros
- Consiste numa metodologia ou quadro padrão para a avaliação da GFP

(Despesa Pública e Responsabilidade Financeira)



O Quadro PEFA



EVIDÊNCIAS

Fornecer uma análise minuciosa, coerente e baseada em evidências do desempenho da GFP num determinado momento

IMPACTO

Avalia os impactos da GFP nos principais resultados orçamentais: disciplina financeira, afectação eficiente de recursos, cabal prestação de serviços

REFORMAS DE GFP

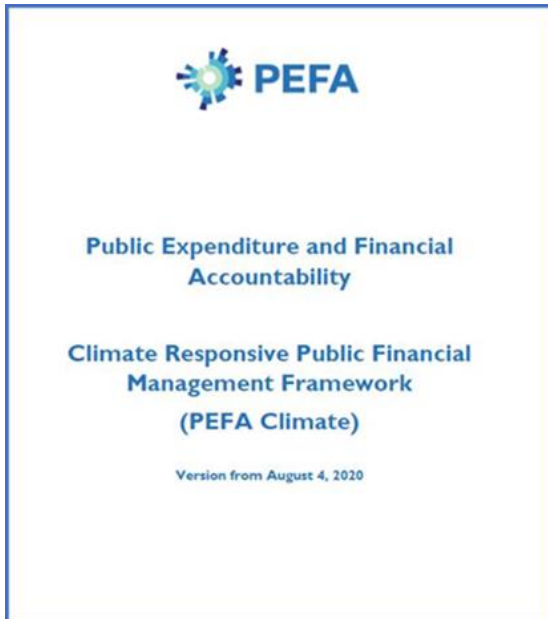
Estabelece o fundamento para analisar e melhorar a GFP

O PEFA não avalia as políticas do governo.

2 | O QUE É O PEFA CLIMA?

PEFA Clima: Um bem público internacional que agrega vários actores





- O **PEFA Clima** fornece uma metodologia padrão para avaliar como os sistemas de GFP podem apoiar a implementação de políticas do governo de combate às alterações climáticas
- A **avaliação é** realizada
 - A pedido de um governo
 - Combinando conhecimentos de GFP e de alterações climáticas
- Os resultados da avaliação são resumidos num **relatório de avaliação PEFA Clima**

Principais elementos da avaliação



QUESTIONÁRIO INICIAL

O questionário inicial estabelecerá o "perfil do país em relação às alterações climáticas"

3 RESULTADOS, 7 PILARES, 14 INDICADORES E 29 DIMENSÕES

Os indicadores de desempenho abrangem todo o ciclo orçamental e são ainda desagregados em dimensões

BASEADO EM EVIDÊNCIAS

ESTOJO DE FERRAMENTAS

INDICADORES
CRPFM-1 Alinhamento do orçamento com as estratégias para as alterações climáticas
CRPFM-2 Rastreamento das despesas relacionadas com o clima
CRPFM-3 Circular do orçamento
CRPFM-4 Escrutínio pelo órgão legislativo
CRPFM-5 Gestão de investimentos públicos responsiva ao clima
CRPFM-6 Gestão de ativos não financeiros responsiva ao clima
CRPFM-7 Passivos relacionados com o clima
CRPFM-8 Aquisições públicas responsivas ao clima
CRPFM-9 Administração das receitas responsiva ao clima
CRPFM-10 Conformidade das despesas relacionadas com o clima
CRPFM-11 Quadro para a descentralização fiscal responsiva ao clima
CRPFM-12 Informações de desempenho relacionadas com o clima
CRPFM-13 Avaliação do desempenho relacionada com o clima
CRPFM-14 Resultado das despesas para as atividades climáticas

NÍVEIS DE PRÁTICA DA CRPFM NUMA ESCALA ORDINAL COM QUATRO PONTOS

PONTUAÇÃO	NÍVEL DE PRÁTICA
A	As questões relacionadas com as alterações climáticas e a resposta política são integradas nas instituições, processos ou sistemas de GFP relevantes
B	As questões relacionadas com as alterações climáticas e a resposta política são parcialmente integradas nas instituições, processos ou sistemas de GFP relevantes
C	Foram feitos esforços iniciais para integrar as questões relacionadas com as alterações climáticas e a resposta política nas instituições, processos ou sistemas de GFP relevantes
D	O desempenho é inferior ao nível básico de desempenho

EXEMPLO DE INDICADOR: CRPFM-3.1. CIRCULAR DO ORÇAMENTO

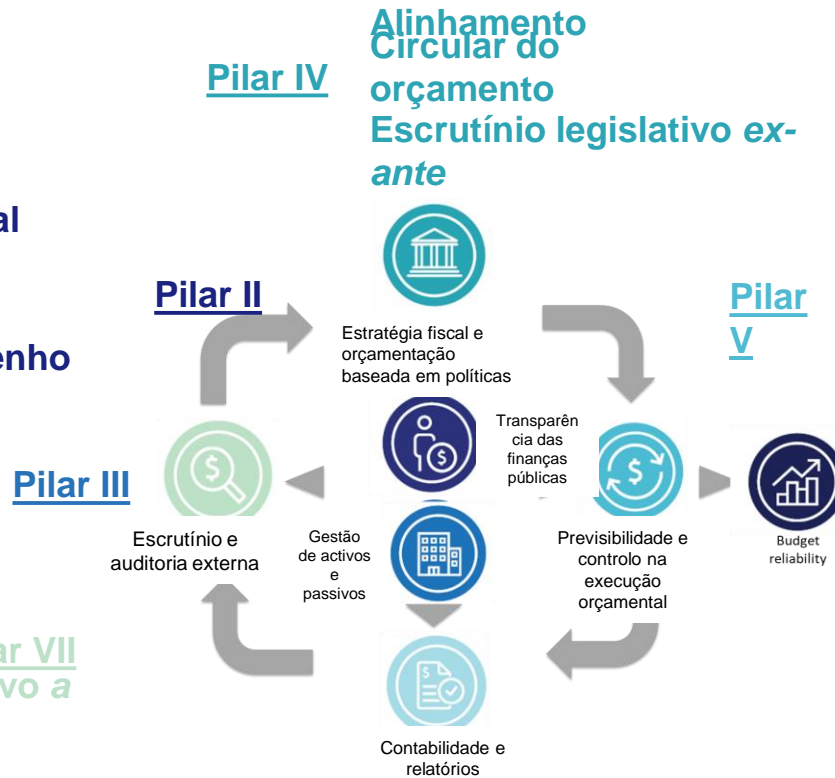
PONTUAÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS PARA A PONTUAÇÃO
A	A circular do orçamento fornece uma metodologia para rastrear as despesas relacionadas com as alterações climáticas, assim como as despesas que são contrárias à política climática. Contém orientações sobre como incluir as despesas planeadas para a mitigação e adaptação às alterações climáticas nas propostas orçamentais e como limitar as despesas que são contrárias ao clima. Refere-se às estratégias nacionais para as alterações climáticas.
B	A circular do orçamento fornece uma metodologia para rastrear as despesas relacionadas com as alterações climáticas. Contém orientações sobre como incluir as despesas planeadas para a mitigação e adaptação às alterações climáticas nas propostas orçamentais e refere-se às estratégias nacionais para as alterações climáticas.
C	A circular do orçamento contém orientações sobre como incluir as despesas planeadas para a mitigação e adaptação às alterações climáticas nas propostas orçamentais.
D	O desempenho é inferior ao necessário para uma pontuação C.

Associando o PEFA Clima ao ciclo orçamental

Acompanhamento /
Rastreio
Descentralização fiscal
Informações sobre
desempenho
Avaliação de desempenho

Investimento
público
Bem público
Passivos

Pilar VII
Escrutínio legislativo a
posteriori



Contratação pública
Receitas
Conformidade

Pilar I
Resultado das
despesas

Realização de uma avaliação PEFA e PEFA Clima em simultâneo

- Uma nota conceptual
- Alguns mecanismos de governação
- Recolha de dados e encontros
- Uma imagem do desempenho da GFI e uma análise mais detalhada da integração das alterações climáticas
- Uma oportunidade para considerar os aspectos relacionados com o clima aquando da elaboração da estratégia de reforma e dos planos de acção para a GFP

Estou à disposição para responder a perguntas.
Obrigado!



Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)



SAMOA AVALIAÇÃO PEFA CLIMA 2020

LIÇÕES APRENDIDAS E EXPERIÊNCIA

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS – UM DESAFIO IMPORTANTE PARA O DESENVOLVIMENTO

- Trouxe ao de cima a vulnerabilidade de Samoa às alterações climáticas;
- Os ciclones provocam custos significativos, quer económicos quer sociais
- Ex. Ciclone Evans – custos equivalentes a 30% do PIB
- As alterações Climáticas devem constituir um elemento fulcral na agenda de desenvolvimento de Samoa

ESTRUTURA INSTITUCIONAL

- Entidades de tutela – Ministério das Finanças (MdF), Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente (MNRE);
- As EE prestam apoio à implementação de iniciativas/projectos de AC
- Reconhecimento da ajuda dos parceiros de desenvolvimento
- Esforços conjuntos do governo que abarcam todos os sectores, para fazer face aos impactos das AC

POLÍTICAS DE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Recentemente adoptada a Política de Alterações Climáticas de Samoa 2020
- Política Nacional do Sector Energético
- Plano Nacional de Adaptação e Mitigação (NAMA)
- Código e Normas Nacionais de Construção
- Plano Nacional de Gestão de Calamidades
-

DESAFIOS

- A PEFA Clima em Samoa foi uma acção piloto realizada em modalidade virtual.
- Coordenação e assegurar que os registos/comprovativos estavam disponíveis para os avaliadores poderem realizar a sua avaliação.

OPORTUNIDADES

- i. Contribui para abordar as questões relativas às alterações climáticas com vista a mitigar o impacto negativo das alterações climáticas;
- ii. Proporciona uma oportunidade para a atribuição de recursos em escala, bem como a introdução de políticas para que as medidas fiscais favoreçam o combate às alterações climáticas;
- iii. Fornece uma plataforma sólida para uma melhor coerência política no espaço das alterações climáticas;
- iv. Permite a Samoa aceder directamente ao financiamento do GCF e tornar-se uma Entidade Nacional de Implementação;
- v. As experiências das avaliações do PEFA Clima ajudam-nos a complementar melhor os esforços do Governo.

FA'AFETAI



Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)





Apresentação da Samoa sobre o PEFA Clima ao Diálogo da CABRI

23 DE FEVEREIRO DE 2021

Richard Neves
PFTAC



Doadores da Fase V: Austrália, Nova Zelândia, Canadá,
União Europeia, Banco Asiático de Desenvolvimento e República da Coreia

Introdução

Estrutura da apresentação

Apresentação da equipa de trabalho de campo e de revisão pelos pares

Perfil das alterações climáticas de Samoa

O que mede o PEFA

Recalibrações

Avaliação preliminar

Resultados gerais e próximos passos

Uma equipa diversificada

Equipa diversificada de trabalho de campo

Richard Neves (Líder)	FMI-PFTAC
Iulai Lavea	FMI-PFTAC
David Kloeden	FMI-PFTAC
Guillaume Brule	Secretariado do PEFA
Habiba Gitay	Banco Mundial
Lorena Estigarribia	Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico
Paula Uluinaceva	Secretariado do Fórum das Ilhas do Pacífico

Grupo diversificado de avaliadores

Representante do governo	Henry Ah Ching
Secretariado PEFA	Holy Tiana Rame (Secretariado do PEFA)
Austrália (DFAT)	Coordinated by Celeste Powell (Office of the Pacific)
Nova Zelândia (MFAT)	Christine Van Hooft Assessora Sénior (Unidade de Governação e Economia)
FMI	Coordenado por Majdeline El Rayess (Departamento de Finanças Públicas)
União Europeia	Marga Peeters
PNUD	Coordenado por Moortaza Jiwani (Governação para o Desenvolvimento Resiliente no Pacífico)
BAD	Noelle O'Brien (Departamento do Pacífico)
JICA	Taichi Sakano

Perfil das alterações climáticas de Samoa

Questionário inicial

Fornecido ao Governo para preencher, é dividido em três partes para determinar o quadro de AC de Samoa



Compromissos internacionais

- Ratificação da CQNUAC e do Acordo de Paris?
- Submissão de NDC?
- Formulação e comunicação de uma estratégia de longo prazo, até meados do século, de desenvolvimento de baixas emissões de GEE?
 - Que aspectos são abordados pelas estratégias de meados do século?
 - Qual é o plano para cumprir as metas de redução de emissões de GEE, conforme descritas nas estratégias de meados do século?
 - Como serão abordados os objectivos de adaptação descritos na estratégia de meados do século?

Estratégias nacionais

- As alterações climáticas são identificadas como um aspecto-chave no plano nacional de desenvolvimento ou na estratégia para o crescimento económico?
- Em que consiste o quadro nacional para as alterações climáticas?
- Quais são os mecanismos institucionais para a execução de políticas e acções relacionadas com as alterações climáticas?

Implementação de políticas de AC

- As cinco medidas mais importantes actualmente implementadas para reduzir as emissões de GEE?
- As cinco medidas mais importantes actualmente implementadas para adaptação aos impactos das AC?
- Existe um quadro de acompanhamento e avaliação operacional para acompanhar a implementação das NDC e das acções climáticas?
- Avaliação independente da realização dos objectivos e metas de AC nos últimos 5 anos?
- Realização de uma avaliação dos impactos macroeconómicos das alterações climáticas?

O que mede o PEFA

Metodologia do PEFA Clima

- O principal objectivo da avaliação dos aspectos relacionados com o clima pelo PEFA é examinar em que medida os sistemas de GFM em Samoa contribuem para que o país atinja os objectivos que definiu para reduzir as emissões de GEE e aumentar a resiliência às alterações climáticas
- Não visa verificar a robustez do sistema de GFP para a utilização de fundos de desenvolvimento.



Formulação de orçamento

Dimensões aplicáveis

Alinhamento do orçamento com as estratégias de mudança climática

Acompanhamento de despesas relacionadas ao clima

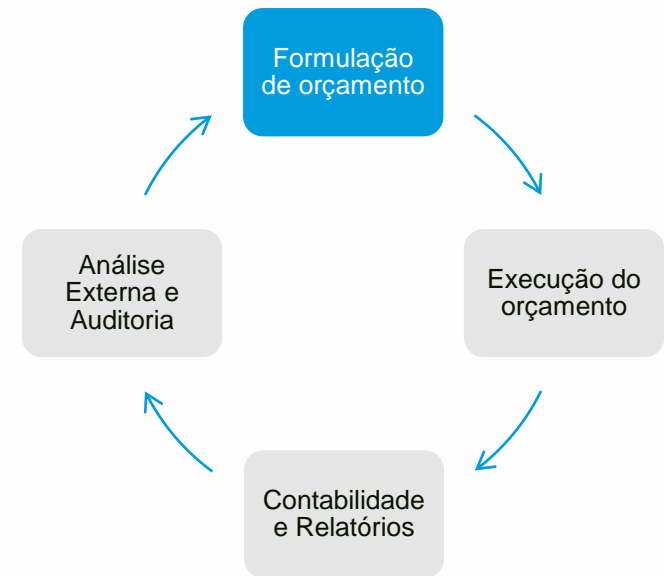
Circular de orçamento

Análise legislativa do orçamento

Disposições relacionadas ao clima na estrutura regulatória para gestão de investimentos públicos

Seleção de projetos relacionados ao clima

Disposições relacionadas ao clima para avaliação de projetos



Orçamento preparado levando em consideração as políticas fiscais do governo, planos estratégicos e projeções macroeconômicas e fiscais adequadas.

Execução do orçamento

Dimensões aplicáveis

Quadro para aquisições públicas sensíveis ao clima

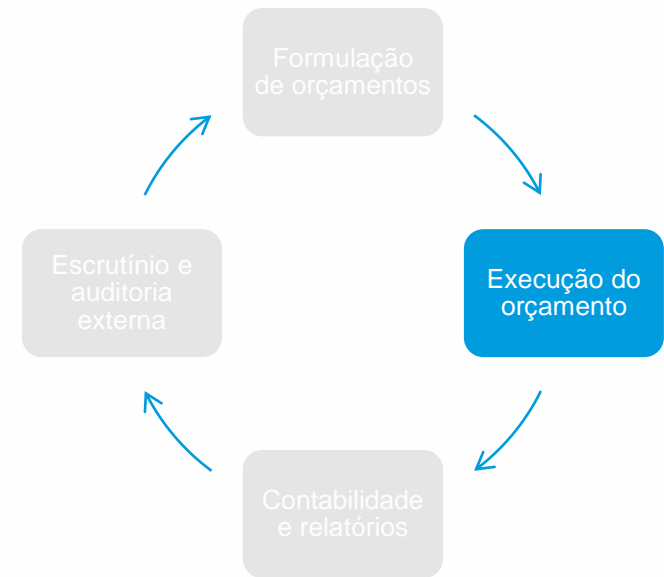
Operações para aquisições públicas sensíveis ao clima

Monitorização das aquisições públicas sensíveis ao clima

Relatórios sobre aquisições públicas sensíveis ao clima

Eficácia dos sistemas de controlo

Conformidade das transações



O orçamento é executado em conformidade com um sistema de normas, processos e controlos internos eficazes, assegurando que os recursos são obtidos e utilizados conforme previsto.

Contabilidade e relatórios

Dimensões aplicáveis

Informações relacionadas com o clima nos planos de desempenho

Informações relacionadas com o clima nos relatórios de desempenho

Avaliação das despesas relacionadas com o clima

Avaliação dos impostos relacionados com o clima

Resultado agregado das despesas relacionadas com o clima

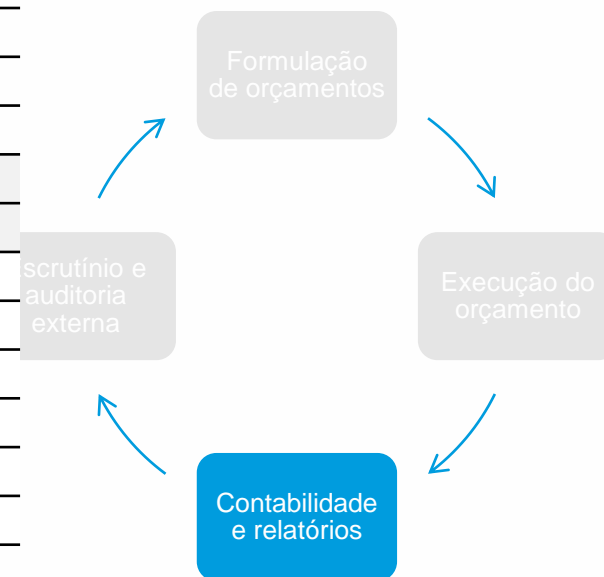
Resultados da composição das despesas relacionadas com o clima

Relatórios das entidades responsáveis pela implementação

Gestão de ativos não financeiros sensível ao clima

Riscos fiscais relacionados com o clima

Dívidas e garantias relacionadas com o clima

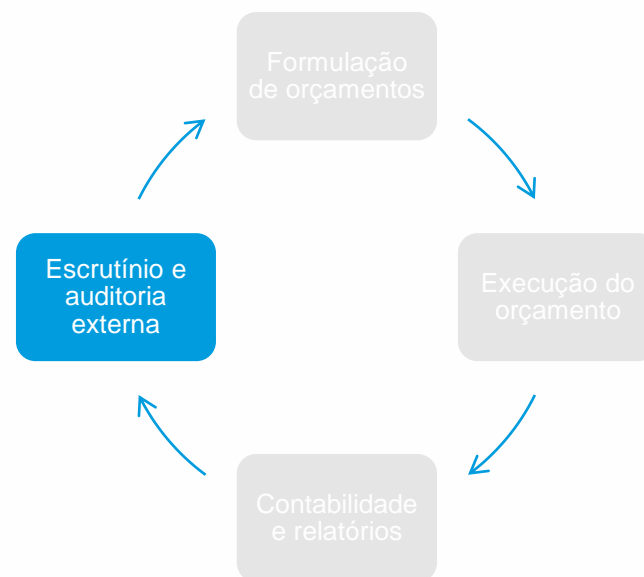


São mantidos registos exactos e fiáveis, e a informação é produzida e divulgada oportunamente para satisfazer às necessidades de tomada de decisão, gestão e reporte

Escrutínio e auditoria externa

Dimensões aplicáveis

Escrutínio dos relatórios de auditoria e avaliação pelo órgão legislativo



As finanças públicas são objecto de análise independente, e é realizado o acompanhamento externo da implementação, pelo executivo, das recomendações de melhorias.

Resultados orçamentais desejáveis

O PEFA mede como os sistemas, processos e instituições de GFP apoiam a concretização dos resultados orçamentais desejáveis:

Disciplina fiscal agregada

- Controlo efectivo de todo o orçamento total e gestão dos riscos orçamentais
- – conduzindo à estabilidade macroeconómica

Alocação estratégica de recursos

- O planeamento e a execução do orçamento em conformidade com as prioridades do governo - deve estimular a reafectação de prioridades menores para mais importantes (eficiência alocativa)

Prestação eficiente de serviços

- As receitas previstas no orçamento são utilizadas para atingir os melhores níveis de serviços públicos com os recursos disponíveis (eficiência operacional)

-

Recalibrações

Recalibrações efectivas

CRPFM 5.2

- Critérios revistos de avaliação e priorização relacionados com o clima são utilizados para seleccionar novos projetos de investimento.
- Nenhuma alteração para efeitos de pontuação

CRPFM 5.3

- Para uma pontuação C, a exigência de que as directrizes para a avaliação devem incluir recomendações sobre: i) os impactos das alterações climáticas de novos projectos de investimento; e ii) a concepção do projecto foi revista para fazer face aos riscos climáticos, quer para i) quer para ii).
- Impacto na pontuação (de D para C)

CRPFM 7.2

- Para uma pontuação B, a exigência de produzir em tempo útil foi substituída pela exigência de produção de relatórios obrigatórios relacionados com o clima. Para uma pontuação C, foi removida a referência à produção obrigatória de relatórios relacionados com o clima. Requisito adicional relativo aos fins para os quais o governo pode contrair empréstimos, conforme especificado no quadro jurídico, permite a cobertura dos passivos relacionadas com o clima.
- Impacto na pontuação (de D para C)

Recalibrações efectivas

CRPFM 8.1

- Para uma pontuação C, o quadro deve prever : i) critérios claros para determinar quais os produtos ou serviços que devem ser considerados como dando resposta ao clima; e ii) o âmbito das operações de aquisições públicas sujeitas aos princípios para as aquisições públicas sensíveis ao clima para ou i) ou ii)
- Impacto na pontuação (de D para C)

CRPFM 8.2

- Para uma pontuação C, que ambos: i) padrões sensíveis ao clima são utilizados para ajudar a determinar os requisitos e especificações das propostas, ou critérios de adjudicação e ii) procedimentos e modelos simplificados para agilizar as aquisições públicas em resposta a desastres induzidos pelo clima, foi revisto ou i) ou ii)
- Sem impacto na pontuação

CRPFM 8.4

- Para uma pontuação C, o requisito para a comunicação de aquisições de emergência foi revisto para a comunicação do cumprimento dos procedimentos e regras relativas às operações de aquisições de emergência. Anteriormente, a pontuação B exigia a publicação do relatório; agora, para uma pontuação B exige que o quadro estabelecido para obter um C seja publicado. Uma pontuação A requer que o quadro inclua uma análise da execução das operações de aquisições de emergência, enquanto que antes se referia à inclusão no relatório.
- Impacto na pontuação (de D para C)

Recalibrações efectivas

CRPFM 13.2

- Para uma pontuação B e C, a exigência que fosse realizada uma avaliação da contribuição dos impostos relacionados com o clima para as alterações climáticas foi revista para uma avaliação parcial que incluísse impostos ou políticas aduaneiras relacionados com o clima susceptíveis de prejudicar os objectivos da política sobre o clima. Para uma pontuação A, a avaliação independente estende-se tanto à política tributaria como à política aduaneira, em oposição a apenas impostos.
- Sem impacto na pontuação

Resultados e próximos passos

Disciplina fiscal agregada

- 1 Alinhamento do orçamento com as estratégias para as alterações climáticas
- 5 Gestão de investimentos públicos sensíveis ao clima
- 6 Gestão de activos não financeiros sensíveis ao clima
- 7 Passivos relacionados com o clima
- 10 Conformidade das despesas relacionadas com o clima
- 14 Resultado das despesas para as actividades climáticas

Riscos fiscais

Gestão de activos não financeiros

Alocação Estratégica de Recursos

- 1 Alinhamento do orçamento com as estratégias para as alterações climáticas
- 2 Rastreio das despesas relacionadas com o clima
- 3 Circular do orçamento
- 4 Escrutínio do orçamento pelo órgão legislativo
- 5 Gestão de investimentos públicos sensíveis ao clima
- 9 Administração das receitas sensível ao clima

Definição da despesa nas alterações climáticas

Circular do orçamento

Seleção de projectos

Prestação eficiente de serviços

- 1 Alinhamento do orçamento com as estratégias para as alterações climáticas
- 4 Escrutínio do orçamento pelo órgão legislativo
- 8 Aquisições públicas sensíveis ao clima
- 9 Administração das receitas sensível ao clima
- 10 Conformidade das despesas relacionadas com o clima
- 13 Avaliação do desempenho relacionada com o clima

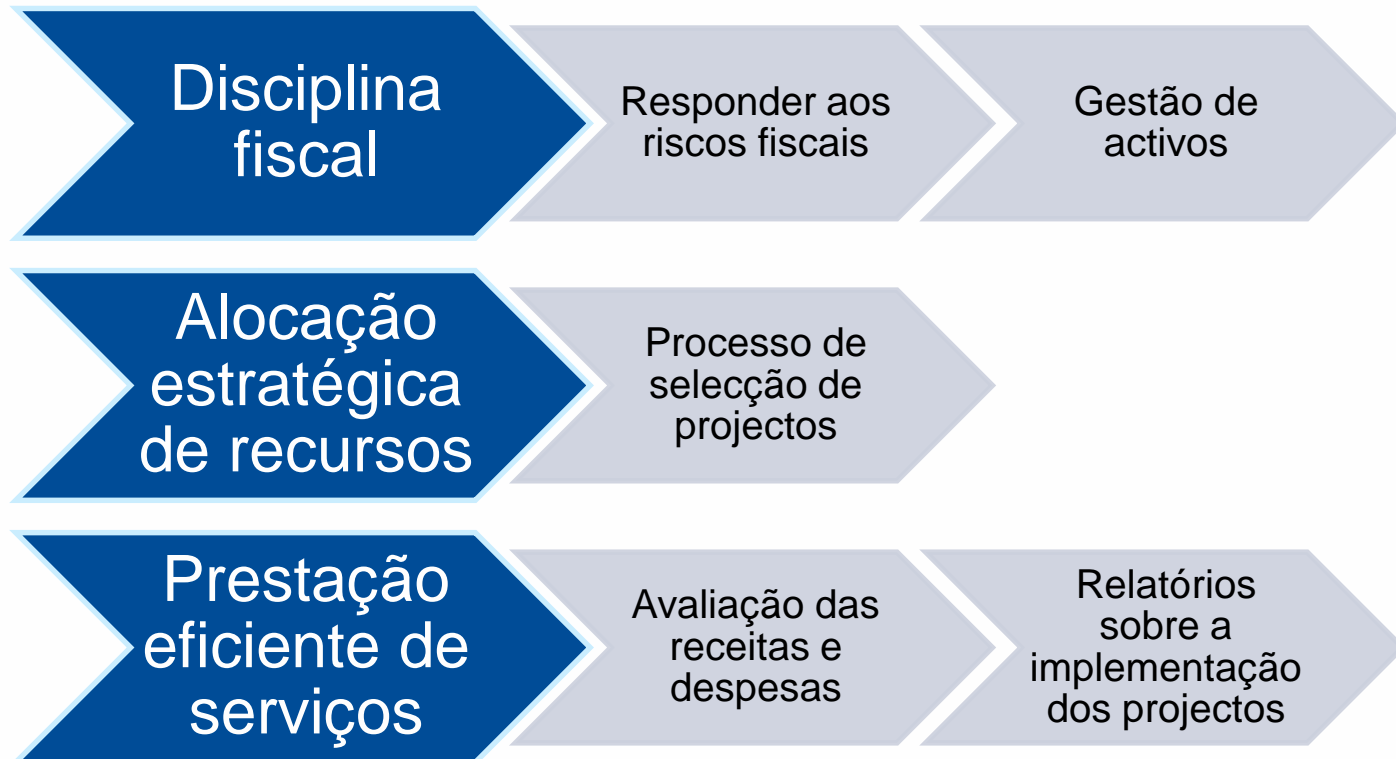
Aquisições públicas

Projectos

Avaliação das receitas e despesas

Relatórios sobre a implementação de projectos

Progressos futuros



Comentários e perguntas



Integração das alterações climáticas nos orçamentos e nas finanças

23 a 24 de fevereiro de 2021



Orçamentação e Financiamento Inclusivos para as Alterações Climáticas em África (IBFCCA)

